

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E O CINEMA:
UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR À LUZ DA
EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Rafael Sanches Guerra

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

**OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E O CINEMA:
UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR À LUZ DA
EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

Rafael Sanches Guerra

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Damaris Kirsch Pinheiro

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Educação Ambiental**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E O CINEMA:
UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR À LUZ DA
EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

elaborada por
Rafael Sanches Guerra

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

COMISSÃO EXAMINADORA:

Damaris Kirsch Pinheiro, Dr^a (Presidente/Orientador, UFSM)

Marcelo Barcellos da Rosa, Dr. (UFSM)

Ísis Samara Ruschel Pasquali, Msc. (UFSM)

Santa Maria, 20 de Fevereiro de 2013.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E O CINEMA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR À LUZ DA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

AUTOR: RAFAEL SANCHES GUERRA

ORIENTADOR: DAMARIS KIRSCH PINHEIRO

SANTA MARIA, 20 DE FEVEREIRO DE 2013.

A educação ambiental é entendida, como uma prática transformadora, envolvida com a formação de cidadãos críticos e responsáveis por um desenvolvimento que respeite as mais diferentes formas de vida. Partindo deste princípio, esta pesquisa procurou responder a questão: é possível promover uma aula de integração do deficiente através da educação socioambiental e do cinema? Para responder a esta indagação, buscou-se compreender quem são os portadores de deficiências, quais suas limitações e como podem ser integrados na sociedade. Além disso, procurou-se conhecer as características da educação ambiental, educação socioambiental e compreender como o cinema pode contribuir de forma educadora. Sabe-se que o diferente é visto com estranheza, e, muitas vezes, com desprezo ou pena pela sociedade. Levando-se isso em consideração, o objetivo deste estudo é refletir sobre o deficiente nos dias atuais, porém, de forma otimista, já que a limitação não impede que tenham uma vida longa de aprendizado e troca de experiências. Assim, buscou-se ensinar a não discriminar e interagir com estes indivíduos, utilizando ferramentas de comunicação social como um curta-metragem e um *folder* para educar. A trama do curta-metragem "Pra quem quiser ouvir" gira em torno de um jovem que conhece uma garota surda dentro de um ônibus, e esta limitação não impede que ele interaja com ela, mesmo sem saber a linguagem de sinais. Além do uso do curta-metragem como ferramenta educacional, o produto resultante desta monografia é a produção de um *folder* que procura ensinar as pessoas a interagirem com os deficientes auditivos, visuais, físicos e mentais.

Palavras-chave: Educação ambiental. Educação socioambiental. Cinema. Portadores de deficiência.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

IMPAIRED PEOPLE AND THE CINEMA: A INTERDISCIPLINARY PROPOSAL UNDER ENVIRONMENTAL EDUCATION

**AUTHOR: RAFAEL SANCHES GUERRA
ADVISOR: DR^a. DAMARIS KIRSCH PINHEIRO
SANTA MARIA, FEBRUARY, 20, 2013**

The environmental education understood as a transforming practice, which involves the formation of critic and responsible citizens towards a development that respects the most different kinds of life forms. By this principle, this research sought to answer the following question: is it possible to promote an integration class for the impaired people through socio-environmental education and cinema? To answer such question, we sought to comprehend who are the impaired, what are they limitations and how they can be integrated into society. Moreover, we also sought to acknowledge the characteristics of environmental education, socio-environmental and to comprehend how the cinema can contribute in an educational manner. We know that the different is seen with weirdness, despite and pitifully by society. Taking that into account, the aim of this study is to reflect upon the impaired in nowadays, but in an optimistic way because the limits do not impede that they have a long life, full of experiences of sharing. Thus, we sought to teach not to discriminate and to interact with such individuals, using social communicational tools such as a short film and a folder. The short film, called "To those who want to listen" is about a young man encounters a deaf girl on a bus and such impairment does not impede him to interact with her, though he does not know the Sign Language. Besides the usage of a short film as an educational tool, the result product of this monograph is the production of a folder that seeks to teach people to interact with the visual impaired, hearing impaired, physical impaired and mental impaired people.

Keywords: Environmental education. Socio-environmental education. Cinema. Impaired people.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01: As deficiências dos brasileiros..... | 16 |
| Figura 02: Esquema do que pretende a Educação Ambiental | 21 |
| Figura 03: Diagrama de Cooper..... | 22 |
| Figura 04: Cena do curta-metragem Pra quem quiser ouvir..... | 32 |
| Figura 05: Capa do <i>folder</i> | 35 |

LISTA DE ANEXOS

| | |
|---|----|
| Anexo A - Folder informativo | 40 |
| Anexo B - Ficha técnica do curta Pra quem quiser Ouvir..... | 41 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 08 |
| 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 10 |
| 2.1 Educação ambiental | 10 |
| 2.2 Educação socioambiental | 12 |
| 2.3 Os portadores de deficiência | 13 |
| 2.3.1 Classificação das deficiências | 16 |
| 2.3.2 Integração X inclusão social | 18 |
| 2.4 Educação ambiental como forma de integração social | 20 |
| 2.5 Uma reflexão sobre o cinema | 23 |
| 2.6 O cinema como forma de educação socioambiental..... | 25 |
| 3 MÉTODOS E TÉCNICAS..... | 29 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 31 |
| 4.1 O curta-metragem | 31 |
| 4.2 O <i>folder</i> | 33 |
| CONCLUSÕES | 36 |
| REFERÊNCIAS | 38 |

1 INTRODUÇÃO

A abordagem da educação ambiental vem adquirindo, por meio de investigações, o contorno de uma nova e crescente presença entre as áreas de pesquisa dentro do campo da educação. Além do mais, a diversidade de enfoques remete ao relacionamento complexo entre dimensões como economia e cultura, natureza e sociedade, bem-estar e utopia, meio ambiente e mudança cultural. Assim, a educação ambiental visa o reordenamento do meio ambiente, à valorização da cidadania e à consolidação da democracia.

A defesa de uma sociedade justa, igualitária e sem discriminação, cada vez mais, tem feito parte dos discursos pronunciados pelos dirigentes e líderes dos mais variados segmentos da sociedade. A justiça social no mundo também tem sido objeto de reflexões, debates e estudos, com grande ênfase na qualidade de vida, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, conquista da paz e da felicidade, sempre visando um futuro melhor para a sociedade. As desigualdades praticadas no cotidiano humano, no que se refere às pessoas com deficiências, definiram-se, principalmente, a partir do contexto econômico, cultural e social.

Desta forma, a educação ambiental é entendida, de modo geral, como uma prática transformadora, envolvida com a formação de cidadãos críticos e responsáveis por um desenvolvimento que respeite as mais diferentes formas de vida.

Partindo-se deste princípio, a presente pesquisa procurou responder a questão: é possível promover uma aula de integração do deficiente através da educação socioambiental e do cinema? Para responder a esta indagação, buscou-se compreender quem são os portadores de deficiências, quais suas limitações e como podem ser integrados na sociedade. Além disso, procurou-se conhecer as características da educação ambiental, educação socioambiental e compreender como o cinema pode contribuir de forma educadora. Pretende-se, através da educação socioambiental, mostrar respeito ao próximo e incentivar as pessoas a interagirem com portadores de deficiências. Para tanto, foi utilizado como ferramenta um curta-metragem com produção do autor deste estudo e a criação de um *folder*, considerados ferramentas de comunicação social que servirão de suporte para educar.

Sabe-se que o diferente é visto com estranheza, e, muitas vezes, com desprezo ou pena pela sociedade. Levando-se isto em consideração, a finalidade deste estudo é também refletir sobre o deficiente nos dias atuais, porém, de forma otimista, já que a limitação não impede que tenham uma vida longa de aprendizado e troca de experiências e conhecimentos. Neste viés, buscou-se ensinar a não discriminar e interagir com estes indivíduos, sendo a informação o principal instrumento para atingir estas metas. A maneira como estas informações serão

transmitidas também tem suma importância, visto que mensagens visuais e audiovisuais causam grande impacto junto ao público.

São relevantes as contribuições por parte do cinema, dado o seu grande potencial de trabalhar com sensibilização, elemento essencial para comunicar-se efetivamente. Antigamente, a educação ambiental restringia-se à área de Ciências ou Biologia, o que foi um erro. Torna-se necessário praticar a educação ambiental, de modo que ela possa oferecer uma perspectiva global da realidade e não uma perspectiva científica e biológica apenas.

Esta monografia é produto de uma formação em publicidade e propaganda e experiência com o cinema - como espectador, pesquisador e realizador. Nasceu das reflexões sobre o papel desempenhado pelos filmes na formação das pessoas em sociedades audiovisuais como a atual, e o desejo de compartilhá-las com outros educadores ambientais.

Paralelo ao curso de pós-graduação em Educação Ambiental da UFSM, o autor realizou a especialização em Cinema no Centro Universitário Franciscano. O trabalho final desta última culminou na produção de um curta-metragem intitulado "Pra quem quiser ouvir", com lançamento previsto para junho de 2013. O fato é que o tema central deste gira em torno de um jovem que conhece uma garota surda dentro de um ônibus. Esta limitação não impede que ele interaja com ela, mesmo sem conhecer a linguagem de sinais. Por conseguinte, resultou favorecido o interesse em abordar temas sobre deficientes, através da técnica cinema na especialização em educação ambiental.

Como suporte teórico, diferentes referenciais como conceitos de educação ambiental, educação socioambiental, portadores de deficiências e suas classificações, a diferença de integração e inclusão social foram abordados. Além disso, procurou-se entender a educação ambiental como forma de integração social. E, por fim, refletir sobre o cinema foi necessário, para entendê-lo como forma de educação socioambiental.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Educação ambiental

As consequências da má utilização dos recursos naturais do planeta Terra encerram um dos temas mais latentes dos últimos anos. Sendo assim, o desenvolvimento de atitudes, rotinas e informações que levam a uma mudança de posicionamento dos cidadãos no ambiente natural é objetivo da educação ambiental.

Antes de falar sobre a educação ambiental, de modo mais específico, vale que se compreenda a caracterização do que é considerado meio ambiente. Em 1977, a Conferência Intergovernamental sobre educação ambiental da ONU apontava que “o conceito de meio ambiente abarca uma série de elementos naturais, criados pelo homem, e sociais (...)” E que estes elementos sociais “constituem um conjunto de valores culturais, morais e individuais, assim como de relações interpessoais na esfera do trabalho e das atividades de tempo livre” (RUSCHEINSKY, 2002, p.37). Ou seja, este conceito revela um perfil nitidamente socioambiental.

Conforme Oliveira (1999), a educação ambiental deve proporcionar ao homem a chance de conhecer-se como cidadão. Desta forma, propiciando ao outro a mesma condição. Além disso, reconhecer que o mundo é de todos e caracterizar o tempo e o espaço como sendo os mesmos para todos, é garantir que as gerações futuras devam ter a qualidade de vida que merecem. Para isso, é indispensável que se julgue os homens iguais, em tempo e lugar, com as mesmas necessidades e referências que permitam, na consciência e responsabilidade das alternativas das posturas, as relações ambientais que indiquem o desempenho de um sujeito realmente ético, no meio em que vive.

Para Gnumad (1997), a educação ambiental deve tratar as questões globais num contexto social e histórico. Aspectos primordiais para seu desenvolvimento tais como população, direitos humanos, paz, democracia, saúde, fome, degradação da flora e da fauna. Devem ser bases do conhecimento para trabalharem conflitos e integrarem conhecimentos, valores, atitudes e ações, buscando a mudança de hábitos consumistas e condutas ambientais inadequadas.

Em relação à Política Nacional de Educação Ambiental, Ruscheinsky (2002) destaca que representa o resultado de uma longa série de lutas dentro do Estado e da sociedade, para expressar uma concepção de ambiente e sociedade de acordo com o momento histórico da produção do texto legal. Nesse contexto, dentro dos fundamentos da Política Nacional de

Educação Ambiental, foram identificados quatro grandes desafios: busca de uma sociedade democrática e socialmente justa, desvelamento das condições de opressão social, prática de uma ação transformadora intencional e a necessidade contínua da busca do conhecimento. Estes quatro desafios articulam-se entre si e voltam-se a ideia de que meio ambiente e sociedade estão intimamente ligados, e que a busca de uma sociedade ambientalmente equilibrada só se dá simultaneamente com a busca de uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Para o desenvolvimento da educação ambiental, de acordo com Dias (2001), todos os aspectos que compõem a questão ambiental, ou seja, os aspectos políticos, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos devem ser considerados. A educação ambiental deveria ser o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas, que facilitassem a visão integrada do ambiente. E, ainda, que os indivíduos e a coletividade pudessem compreender a natureza complexa do ambiente e adquirir os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar da prevenção e solução dos problemas ambientais. Para complementar, destaca-se:

[...] proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar a qualidade ambiental; introduzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, tornando-a apta a agir em busca de alternativas de soluções para os seus problemas ambientais, como forma de elevação de sua qualidade de vida (DIAS, 2001, p.82-83).

Entretanto, para que a educação ambiental seja realmente consumada, deve ser concebida como um processo contínuo, dirigido a todos os grupos de idade e categorias profissionais.

A necessidade do trabalho interdisciplinar vem sendo discutida frequentemente em seminários e congressos; dentro e fora da universidade, em pesquisas de ensino ou em realizações de ordem técnica.

Conforme Piaget (1998), o termo interdisciplinaridade deve ser utilizado para designar “o nível em que a interação entre várias disciplinas ou setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a interações reais, a uma certa reciprocidade no intercâmbio, levando a um enriquecimento mútuo” (PIAGET apud CHAVES, 1998, p. 5).

A interdisciplinaridade “implica um diálogo e troca de conhecimentos, de análises, de métodos entre duas ou mais disciplinas. Implica que haja interações e um enriquecimento mútuo entre vários especialistas. Transferências de métodos de uma para outra disciplina” (RIBEIRO, 2005, p.24).

“O que pretende a interdisciplinaridade, não é anular a contribuição de cada ciência em particular, mas, apenas, uma atitude que venha a impedir que se estabeleça a supremacia de determinada ciência, em detrimento de outros aportes igualmente importantes” (FAZENDA, 1979, p.31).

Percebe-se que a maioria dos discursos mostra a interdisciplinaridade como um importante instrumento para se abordar uma situação-problema através da integração de profissionais e intersecção de diferentes saberes.

2.2 Educação socioambiental

A educação socioambiental surge como uma proposta de sensibilização e propõe a sociedade uma mudança de valores e posturas, tendo como um dos maiores desafios incorporar a educação para uma cidadania. Esta educação deve estar atenta aos problemas socioambientais e às organizações, como partes representativas da sociedade, que devem caminhar para uma nova visão empresarial, tentando associar a ideia de conservação ao benefício econômico, através de uma política ambiental de sucesso que atenda a competitividade de uma economia globalizada.

Educação socioambiental é reflexão, mudança de atitudes e comportamentos, revisão de valores, pensamento sistêmico e, acima de tudo, agir para mobilizar, disseminação, conscientização e educação.

Com o advento da revolução dos transportes e, por último, das informações, as relações entre os seres humanos sofreram alterações profundas, dentro de um espaço de tempo histórico muito curto.

[...] Reconhecemos que estamos diante de um sistema cada vez mais limitado para responder aos anseios das sociedades, e que vivenciamos as diversas crises humanas – ambientais, sociais, econômicas... – que são meros sintomas de uma crise mais profunda, cujas raízes se encontram na perda e aquisição de novos valores humanos e na carência de ética. Porém, reconhecemos também a plasticidade da natureza humana, que, na sua exuberância, permite ao ser humano encontrar respostas. Temos inscrita no nosso patrimônio genérico a orientação para a sobrevivência, para a evolução. Nessa escalada de busca de redirecionamento da conduta humana, de *reeducação da sociedade humana*, em busca do resgate de valores e criação de outros, elege-se a idéia-força policêmica do *desenvolvimento humano sustentável* como transformadora dessa sociedade, que já produz no mundo corporativo uma nova clivagem de maior impacto do que as revoluções sangrentas e dramáticas da história humana, na Terra (DIAS, 2001, p.82-83).

As relações humanas compreendem um tema bastante complexo. Os portadores de deficiências, desde o princípio sofrem diferença social.

2.3 Os Portadores de deficiências

Para entender como os portadores de deficiências estão inseridos na sociedade nos dias atuais, faz-se necessário conhecer sua trajetória através dos séculos, bem como as leis que regem os direitos destes. Para tanto, sob a orientação de um roteiro histórico traçado pela autora Márcia Nascimento (2009).

Até o século XV, crianças deficientes (má formação) eram descartadas em esgotos e precipícios. Na Idade Média encontravam abrigos em igrejas (como Quasímodo de Notre Dame). Na mesma época, ganharam uma função: bobos da corte. Para Martinho Lutero eram seres diabólicos que deveriam ser castigados para ganharem a purificação.

Do século XVI ao século XIX, pessoas com deficiências continuavam isoladas da sociedade, em abrigos, conventos, albergues, sem nenhuma estrutura. Viviam aprisionadas sem tratamento algum. Então, surgiu o primeiro hospital psiquiátrico na Europa, todavia, nos mesmos moldes de uma prisão.

No século XX, os então portadores de deficiências passaram a ser vistos como cidadãos de direitos, ainda assim a sociedade os tratava de forma assistencialista e caritativa. Em 1948, houve a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nos anos 60, parentes e pessoas que lutaram pela causa dos deficientes se organizaram, e teóricos falaram em normatização para permitir que estes indivíduos fossem integrados à sociedade. Então, aparece, pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024, de 1961, a Educação Especial no Brasil.

Nos anos 70, os Estados Unidos viram a necessidade de pesquisas para inclusão dos mutilados da guerra do Vietnã e criaram a Lei 94.142, de 1975, com a adequação de currículos e rede de informações entre educação, saúde e serviços públicos. Em 1978, aconteceu a primeira Emenda Constitucional Brasileira que tratava do direito da pessoa com deficiência, garantia aos deficientes melhorias de sua condição social e econômica principalmente mediante educação especial gratuita.

Em 1985, a Assembleia Geral das Nações Unidas lançou o Programa de Ação Mundial para pessoas deficientes, que recomendava que o ensino destes, devia acontecer dentro do sistema escolar normal.

A nova Constituição de 1988 garantia o atendimento educacional especializado aos então portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino. E dispôs sobre as áreas de saúde, assistência, benefícios e acessibilidade.

Em 1989, a Lei Federal nº 7.853 criou a Coordenadoria Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência no âmbito do Ministério da Justiça, estabeleceu os princípios e as diretrizes da Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência, que trata das várias áreas: saúde, educação, formação profissional e trabalho.

Em 1990, é aprovado o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a mais moderna legislação do mundo no que diz respeito aos direitos da criança e adolescente em risco pessoal e social, onde reitera a obrigatoriedade do atendimento às crianças e adolescentes com deficiência no sistema de ensino público e regular.

Em 1991, foi criado o Decreto estadual nº 33.823, de 21 de setembro - Instituiu o Programa de Atenção à pessoa Portadora de Deficiência. Ainda em 1991, a Lei nº 8.213 previa o benefício da Previdência Social e Cota para empresa com mais de cem funcionários de 2% a 5% dependendo do número dos mesmos.

Em 1994, o Decreto nº 38.641, de 17 de maio, instituiu o Programa de Atendimento ao Deficiente Visual em idade escolar; Lei nº 8.899, de 29 de julho - concedendo passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Foi assinada a Declaração de Salamanca, até hoje um dos mais importantes documentos a respeito dos direitos educacionais das pessoas com deficiência, a qual ressalta que o atendimento destes nas escolas públicas era necessário para combater a discriminação, determinando que a escola atenda toda criança, independente de sua deficiência.

A Lei Estadual nº 9.086, de 3 de março de 1995, determinava aos órgãos da Administração Direta e Indireta a adequação de seus projetos, edificações, instalações e mobiliário ao uso de pessoas portadoras de deficiências.

Em 1996, a LDB ajustou-se à legislação federal de que os portadores de deficiências deveriam ser atendidos em unidades de ensino público e regular. Em 1999, o Decreto-Lei nº 3.298 regulamenta a Lei nº 7.853, fortalecendo as legislações que tratavam sobre os direitos e garantias das pessoas com deficiências. A Portaria MEC nº 1.679/99 estabeleceu requisitos de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

Em 2000, foi criada a Lei nº 10.098 sobre normas e critérios para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida.

Em 2001, houve a Convenção da Guatemala, cujo documento final foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do decreto Legislativo 198, de 13/06/2001 e promulgado no decreto 3.956, de 08/10/2001, e o princípio era de que todas as crianças estivessem inclusas no ensino público e regular, buscando a eliminação de todas as possíveis formas de discriminação contra a pessoa com deficiência. A Lei nº 10.172/01 aprovava o Plano Nacional de Educação que estabelecia vinte e sete objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades especiais.

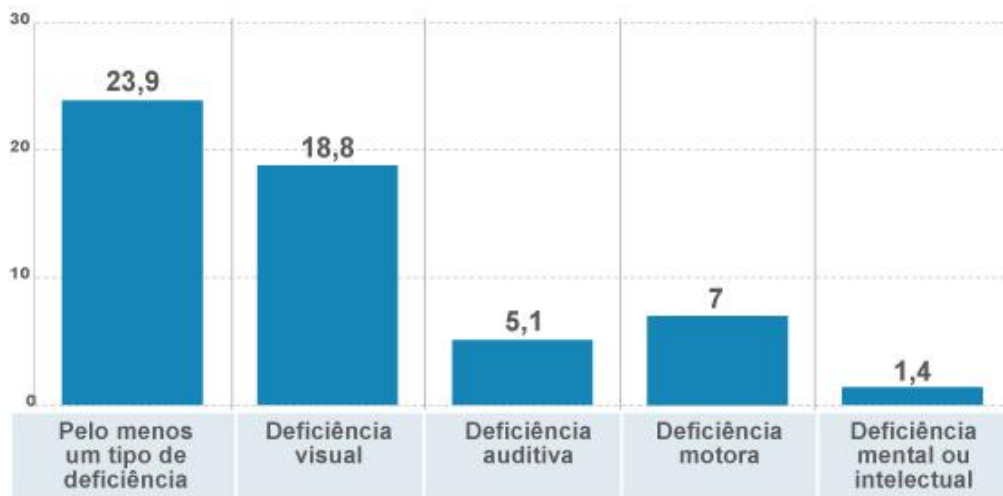
Em 2003, a Portaria do MEC 3.284, de 07/11/2003 previu que as Instituições de Ensino Superior deveriam se adequar para receber alunos com deficiência auditiva.

Conforme se percebe, foram necessárias várias décadas para que os portadores de deficiências conseguissem seus direitos e recebessem maior respeito e aceitação pela população dita 'normal'.

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2012), quase 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população, declarou possuir pelo menos uma das deficiências investigadas (mental, motora, visual e auditiva), a maioria, mulheres. Entre os idosos, aproximadamente 68% declararam possuir alguma das deficiências. Negros e amarelos foram os grupos em que se verificaram maiores proporções de deficientes (27,1% para ambos). Em todos os grupos de cor ou raça, havia mais mulheres com deficiência, especialmente entre os negros (23,5% dos homens e 30,9% das mulheres, uma diferença de 7,4 pontos percentuais). O Censo registrou, ainda, que as desigualdades permanecem em relação aos deficientes, que têm taxas de escolarização menores que a população sem nenhuma das deficiências investigadas. O mesmo ocorreu em relação à ocupação e ao rendimento. Todos esses números referem-se à soma dos três graus de severidade das deficiências investigados (alguma dificuldade, grande dificuldade, não consegue de modo algum).

As deficiências dos brasileiros

Participação no total da população em %



Fonte: Censo 2010 - IBGE

Figura 01: As deficiências dos brasileiros.

Fonte: Censo 2010 - IBGE

Considera-se Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) aquela que apresente, em caráter permanente, perdas ou reduções de sua estrutura, ou função anatômica, fisiológica, psicológica ou mental, que gere incapacidade para certas atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

2.3.1 Classificação das deficiências

Para este assunto, usaram-se como base de referências as definições do Instituto Benjamin Constant (2012).

As deficiências podem ser congênitas ou adquiridas.

a) Deficiências físicas (motoras) são:

Paraplegia: Perda de todas as funções motoras.

Paraparesia: Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.

Monoplegia – perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior).

Monoparesia – perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior).

Tetraplegia: Perda total das funções motoras dos membros superiores e inferiores.

Tetraparesia: Perda parcial das funções motoras dos membros superiores e inferiores.

Triplegia: Perda total das funções motoras em três membros.

Triparesia: Perda parcial das funções motoras em três membros.

Hemiplegia: Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).

Hemiparesia: Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo. (direito ou esquerdo)

b) Paralisia cerebral

Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental. Geralmente, os portadores de paralisia cerebral possuem movimentos involuntários, espasmos musculares repentinos chamados espasticidade (rigidez) ou hipotonia (flacidez). A falta de equilíbrio dificulta a deambulação e a capacidade de segurar objetos.

c) Deficiência mental

A deficiência mental refere-se a padrões intelectuais reduzidos, apresentando comprometimentos de nível leve, moderado, severo ou profundo, e inadequação de comportamento adaptativo, tanto menor quanto maior for o grau de comprometimento.

d) Deficiência visual

A deficiência visual é a perda ou a redução de capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo, que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico. Existem também pessoas com visão sub-normal, cujos limites variam com outros fatores, tais como fusão, visão cromática, adaptação ao claro e escuro, sensibilidades a contrastes, etc.

e) Deficiência auditiva

A deficiência auditiva inclui disacusias (perda de audição) leves, moderadas, severas e profundas e são assim classificados:

- Perda moderada
- Perda severa
- Perda Profunda

f) Deficiências múltiplas

Quando a pessoa apresenta conjuntamente duas ou mais deficiências.

De acordo com o exposto, há um número bastante expressivo de pessoas portadoras das mais diferentes deficiências. Incluir e integrar estes cidadãos na sociedade é um desafio.

2.3.2 Integração X inclusão social

A ideia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidos os deficientes por vários séculos. Segundo Sasaki (1997), as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade, porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes de trabalhar. Em outras culturas eliminavam as pessoas com deficiência, e em outras seguiram a prática do isolamento de interná-las em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos.

As instituições foram se especializando para atender pessoas por tipo de deficiência. Assim a segregação institucional continuou sendo praticada. A idéia era a de prover, dentro das instituições, todos os serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber pessoas com deficiência nos serviços existentes na comunidade (SASSAKI, 1997, p.1).

Para Nascimento (2009), integrar é quando se acredita que a pessoa com deficiência se adapte a tudo que já existe na escola, ou seja, tenha condições de frequentá-la do jeito que ela é. Já, incluir é quando a escola se adapta para receber esta pessoa com deficiência. Pois é “a escola que necessita responder às necessidades da criança. Não apenas construção predial, mas também proporcionar adequação deste aluno para que o mesmo possa acompanhar as aulas e estar incluso também em sala de aula” (NASCIMENTO, 2009, p.13).

Cruz (2005) destaca que não são apenas os espaços públicos que devem ser redimensionados pelo Estado, mas também a sociedade deve fazê-lo no campo de sua autonomia pública e privada, levando em consideração as necessidades da pessoa portadora de deficiência.

Para este prisma está claro que o “problema” *não* é do surdo, que não entende o que está sendo dito na TV, e, sim, da emissora que não colocou legenda (sistema *closed-caption*); o “problema” *não* é do cego que não consegue estudar e, sim, dos estabelecimentos de ensino que não publicam e nem adquirem computadores em braile e que também não habilitam seus professores na língua de libras; o “problema” *não* é do deficiente físico que não pode subir escada ou entrar num ônibus e, sim, do Estado que aprovou construções e veículos sem rampas ou elevadores de acesso (CRUZ, 2005, p.99).

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser transformada a partir do acordo de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como um pré-requisito para estas pessoas poderem fazer parte da sociedade, como se elas

“precisassem pagar ‘ingressos’ para interagir com a comunidade” (Clemente Filho, 1996, p. 4).

Complementando essa ideia, Cruz (2005) afirma que uma sociedade que possui estes princípios é essencialmente pluralista e inclusiva, pois deve estimular a participação de todos, aproveitando as diferentes visões e experiências humanas, desenvolvendo o potencial de cada cidadão. Assim, a sociedade deve trabalhar no sentido de oferecer oportunidades para que cada indivíduo possa ser respeitado, garantindo-lhe mecanismos para que a mesma consiga a integridade de sua autonomia.

Nesta concepção, a perspectiva inclusiva para a sociedade é absolutamente indispensável à pessoa portadora de deficiência. Essa pessoa precisa ter uma atenção especial, a fim de que possa se realizar no campo da locomoção, coordenação de movimentos, compreensão da linguagem falada ou escrita ou no relacionamento com outras pessoas (CRUZ, 2005, p.95).

Ainda conforme Cruz (2005), o estereótipo do portador de deficiência está ligado à própria denominação do mesmo: deficiente. Esta palavra está associada à ideia de incapacidade, de dependente e de pedinte. O deficiente é aquele que a sociedade considera virtuoso de pena, o inútil e inválido que precisa de ajuda dos outros. Isto quando as denominações não beiram a piadas, tais como “mongol”; “down”; “manquinho”; “ceguinho”; “aleijado”; “retardado mental”.

Uma sociedade plural e inclusiva certamente deverá incorporar a coletividade destes na sua cidadania. Cruz (2005), ainda enfatiza alegando que em vez de realçar a deficiência do cego, por exemplo, deve-se valorizar a sua audição, sua voz e os demais sentidos que, certamente, serão mais apurados do que àquelas pessoas consideradas ‘normais’,

caso contrário, nunca teríamos visto os quadros de Tolouse-Lautrec, de Van Gogh, nem teríamos o prazer de ouvir a nona sinfonia de Beethoven ou o tenor italiano Andrea Bocelli. Congonhas, tampouco, seria patrimônio da humanidade sem as obras do mestre Aleijadinho” (CRUZ, 2005, p.97).

Pelo modelo social da deficiência, conforme Sasaki (1997), os problemas da pessoa com necessidades especiais não estão nela, tanto quanto estão na sociedade. É a sociedade que cria problemas para as pessoas com necessidades especiais, causando-lhes incapacidade ou desvantagem no desempenho de papéis sociais em virtude de: seus ambientes restritivos; suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças; seus discutíveis padrões de normalidade; seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico; seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria supostamente homogênea; sua quase total desinformação sobre deficiências e sobre direitos

das pessoas que têm essas deficiências; suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana.

Cabe à sociedade suprimir todas as barreiras metodológicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais, para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

2.4 Educação ambiental como forma de integração social

A primeira Conferência Intergovernamental sobre educação ambiental, realizada em 1977, na Tbilisi, Geórgia, definiu, entre outras coisas, que a educação ambiental deveria dirigir-se a pessoas de todas as idades, a todos os níveis, na educação formal e não-formal. E que os meios de comunicação social teriam a grande responsabilidade de pôr seus enormes recursos a serviço dessa missão educativa. Além disso, a educação ambiental deveria constituir uma educação permanente, geral, que reagisse às mudanças que aconteciam em um mundo em rápida evolução. Essa educação deveria preparar o indivíduo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e qualidades necessárias para realizar uma função produtiva, com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos.

A educação ambiental precisaria dirigir-se à comunidade: “Deveria interessar ao indivíduo em um processo ativo para resolver os problemas no contexto de realidades específicas e deveria fomentar a iniciativa, o sentido de responsabilidade e o empenho em edificar um futuro melhor” (DIAS, 2001, p.105-106).

No fundo, o que a educação ambiental pretende é:

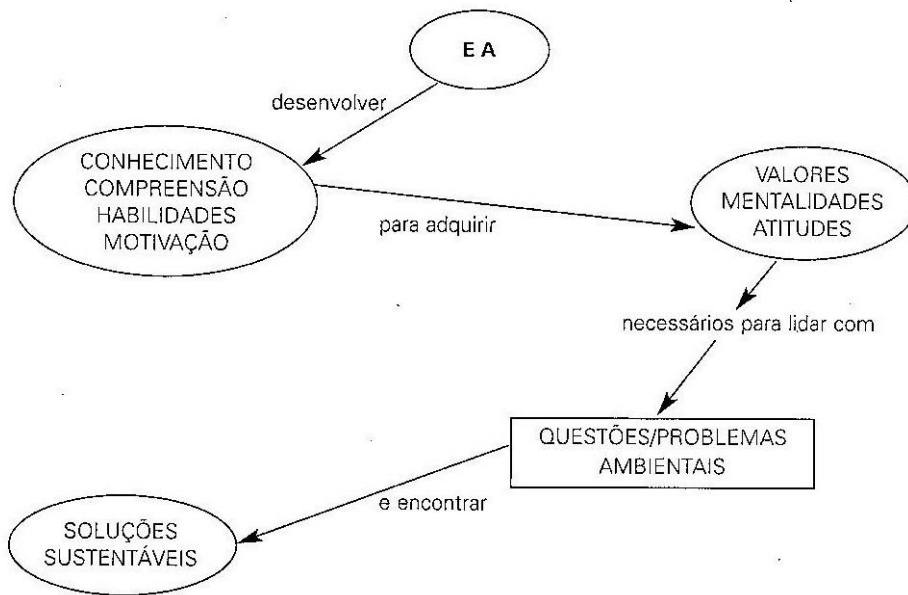


Figura 02: Esquema do que pretende a educação ambiental.
Fonte: DIAS, 2001, p.100.

Dias (2001) destaca cinco categorias de objetivos da educação ambiental:

1. Consciência: ajudar os indivíduos e grupos sociais a sensibilizarem-se e adquirirem consciência do meio ambiente global e suas questões;
2. Conhecimento: a adquirirem diversidades de experiências e compreensão fundamental sobre o meio ambiente e seus problemas;
3. Comportamento: a comprometerem-se com uma série de valores, e a sentirem interesse pelo meio ambiente, e participarem da proteção e melhoria do meio ambiente;
4. Habilidades: adquirirem as habilidades necessárias para identificar e resolver problemas ambientais;
5. Participação: proporcionar a possibilidade de participarem ativamente das tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais.

Esses objetivos estão interligados e pode-se começar por qualquer um, pois todos podem levar a todos. O Diagrama de Cooper integra esses elementos:

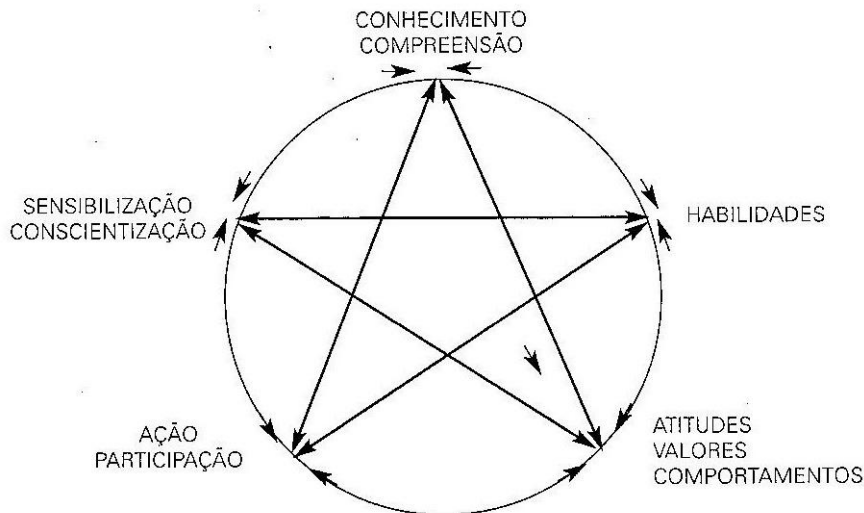


Figura 03: Diagrama de Cooper.
Fonte: DIAS, 2001, p.111.

Para explicar melhor, utiliza-se um exemplo: se for realizada uma atividade de educação ambiental, cujo objetivo seja oferecer conhecimentos, esse conhecimento obtido passa a levar o sujeito ou grupo a desenvolver uma dada habilidade. A conquista dessa habilidade pode sensibilizá-lo e levá-lo a participar de alguma iniciativa. Essa participação traz novos conhecimentos e desenvolve novas habilidades. (DIAS, 2001).

No livro *Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros*, em um determinado capítulo, Freire (2003) afirma que um mundo melhor significa não apenas a sobrevivência dos seres, mas o da vida saudável e feliz. A utopia democrática que desejam como educadores está em uma sociedade na qual a justiça e a solidariedade são a verdade do cotidiano vivido pela coletividade global. Para isso, é necessário o respeito e a valorização do outro. E este modo de estar no mundo implica a aceitação da diferença.

Precisamos ter a percepção clara de que as diferenças enriquecem, somam, pois é da diversidade que se compõe a multiplicidade na unidade necessária. Unidade que não pretende negar os conflitos. Desrespeito e desvalorização do outro e da outra, quaisquer que sejam esta ou aquela, implicam exclusão e opressão, em diminuição e antagonismos, em negação e desaparecimentos. Em relação de desequilíbrio, desarmonia e desmoronamento, tanto do mundo natural quanto do cultural. Em condições que geram desamor, opressão e destruição da VIDA (FREIRE, 2003, p.18-19, destaque do autor).

Ninguém é igual. Cada um tem uma identidade, característica física e psicológica, religião, mania. O grande desafio é olhar para tudo isso de forma serena, sem críticas. Não fazer do diferente uma barreira que impeça a interação e que se aprenda com eles.

As mais diferentes artes, como a pintura, a escultura, o teatro, a música e o cinema já retrataram o deficiente em uma infinidade de obras. A seguir, será discutida uma delas em especial, o cinema.

2.5 Uma reflexão sobre o cinema

O surgimento do cinema, de acordo com o pesquisador Arlindo Machado (1997), data dos ancestrais, os homens das cavernas. Era no interior das cavernas que eles desenhavam imagens nas rochas, e, na medida em que se locomoviam no interior escuro, a luz que insidia obscurecia algumas partes do desenho e sobressaiam outras, dando a impressão de movimento em relação a eles. Wachtel (1993), citado por Machado (1997), afirma que “os artistas do Paleolítico tinham os instrumentos do pintor, mas os olhos e a mente do cineasta. Nas entranhas da terra, eles construíam imagens que parecem se mover, imagens que ‘cortavam’ para outras imagens ou dissolviam-se em outras imagens” (WACHTEL, 1993 apud MACHADO, 1997, p. 14).

Percebe-se o quanto antiga é a vontade do homem de representar sua realidade, ou expressar um ponto de vista em relação ao meio em que vive – objetivo presente também no cinema.

Partindo do princípio de que tudo no cinema é fictício, ou seja, o cinema não é o real, mas “uma autêntica fábrica de ilusões, de malabarismos, de engenhocas, efeitos visuais (CABRERA, 2006, p.36)”, sendo assim, de que maneira o cinema pode ter um compromisso com a verdade universal? Para responder a esta questão, destaca-se o seguinte fragmento:

No caso do cinema, a pretensão de verdade e universalidade se dá por meio de um impacto emocional. Trata-se de uma verdade “impingida”, por assim dizer. Um filme é um golpe [...], não um aviso sóbrio ou uma mensagem civilizada. Suas imagens entram pelas entranhas e daí vão ao cérebro, e precisamente por isso têm maior probabilidade de ir direto ao ponto principal, mais do que um sóbrio texto filosófico ou sociológico (CABRERA, 2006, p.38).

Em outras palavras, embora o cinema seja uma representação, ou melhor, uma encenação do real, ele pode contribuir para o bem comum de toda humanidade, através do impacto emocional contido em suas histórias, fazendo com que as pessoas tenham mais compaixão com o próximo e se comovam ao se “verem na tela”. Assim, o público pode se sensibilizar com temas cotidianos de suas vidas como um sequestro de um parente, ou da morte de um ente querido, um pedido de casamento ou um perdão aceito.

Cabrera (2006) ainda destaca que “é preciso tentar ver o cinema fora dos quadros do escapismo para colocá-lo nos da reflexão” (PESAVENTO, 2003, p.47). Ou seja, a emoção de uma história não distrai o espectador, mas sim o conscientiza e desperta sua atenção, de forma que “nos afundam numa realidade penosa ou problemática, como as palavras escritas talvez não consigam fazer” (PESAVENTO, 2003, p.47).

O impacto emocional que o cinema desperta é indispensável para a eficiência cognitiva do conceito-imagem. Isso se dá através de algumas técnicas cinematográficas como a *pluriperspectiva*, a *manipulação de tempos e espaços* e ao *corte cinematográfico*. A *pluriperspectiva* é a capacidade que o cinema tem de saltar “da primeira pessoa (a que vê ou sente o personagem) para a terceira (o que vê a câmara) e também para outras pessoas ou semi-pessoas que o cinema é capaz de construir, chegando ao fundo de uma subjetividade” (CABRERA, 2006, p.31). Dessa forma, a história de um longa pode provocar, de acordo com a subjetividade de cada indivíduo que assiste a obra: arrepios, sustos, comoção, paixão, alegria ou raiva. Ela vai mexer com as pessoas em conformidade com o que elas já vivenciaram, ou seja, vão identificar suas qualidades nos heróis do filme, enquanto destinará à figura do inimigo/vilão os seus defeitos ou o que despreza em outras pessoas.

Já para a *manipulação de tempos e espaços*, destaca-se a “infinita capacidade do cinema de *manipular tempos e espaços*, de avançar e retroceder, de impor novos tipos de espacialidade e temporalidade como só o sonho consegue fazer” (CABRERA, 2006, p.32). Em outras palavras, somente o cinema consegue reproduzir com perfeição, em um tempo determinado, que o espectador possa vivenciar momentos futuros e passados, de uma mesma história (pode ser flashbacks). Ou então levar o público a lugares e tempos que jamais poderá ir ou presenciar.

Por fim, “o *corte cinematográfico*, a pontuação, a maneira particular de conectar cada imagem com a anterior, a seqüência cinematográfica, a montagem de cada elemento, o fraseado cinematográfico” (CABRERA, 2006, p.32). O que caracteriza basicamente o cinema é o movimento das imagens, caso contrário, seriam apenas várias fotografias projetadas em um curto espaço de tempo. O corte cinematográfico tem a função de juntar um plano de câmara a outro, uma cena à outra e assim sucessivamente. Além disso, convém destacar que a edição também é um elemento fundamental para imprimir o ritmo na trama de um filme.

“A imagem possui uma função epistêmica, de dar a conhecer algo, uma função simbólica, de dar acesso a um significado, e uma estética, de produzir sensações e emoções ao espectador” (PESAVENTO, 2003, p.87). Os conceitos-imagem, embora sejam utilizados

também pela literatura e filosofia, têm no cinema a impressão da realidade mais plausível. Observa-se assim o seguinte trecho:

O que o cinema proporciona é uma espécie de “superpotencialização” das possibilidades conceituais da literatura ao conseguir intensificar de forma colossal a “impressão da realidade” e, portanto, a instauração da experiência indispensável ao desenvolvimento do conceito, com o conseqüente aumento do impacto emocional que caracteriza. Certamente nada disso descarta [...] a possibilidade de que um leitor de literatura tenha a sensibilidade adequada para se impressionar extraordinariamente com o que lê, com a mesma eficácia emocional do cinema (CABRERA, 2006, p. 28).

Infere-se que tanto o cinema como a literatura tem sua importância, sendo que nenhuma é superior ou inferior à outra, elas podem se complementar, visto que, ao ler um livro, o leitor é que tem que imaginar o que lê; enquanto que, ao ver um filme, as imagens estão formadas, e então cabe ao expectador se emocionar e refletir sobre elas.

O cinema, segundo Cabrera (2006), não deve excluir o elemento “diversão”, enquanto ligado ao impacto sensível. Assim destaca-se:

Habitualmente este elemento é excluído como “desvio” do que filosoficamente o filme pretendia demonstrar. “De qualquer forma, se olharmos bem, é totalmente impossível encontrar um filme que somente “divirta”, que não diga absolutamente nada sobre o mundo e o ser humano”. A questão é cultivar a capacidade de lê-lo filosófico - conceitualmente. Filmes como os de Spielberg são ao mesmo tempo, divertidos e filosóficos, e filosóficos na estrita medida em que são divertidos (CABRERA, 2006, p.46).

Acredita-se que cinema é entretenimento, acima de tudo, que é um tempo que as pessoas podem dedicar à distração e à diversão. Porém, a maioria dos filmes apresenta algum ensinamento ou deixa uma mensagem ao espectador, às vezes, essa mensagem não é positiva, diferente da maioria dos filmes infantis que sempre deixam um aprendizado ou uma lição. Desta forma, grande parte dos filmes cumpre com a obrigação de divertir e de fazer pensar sobre questões referentes ao individual ou à humanidade, viés de suma importância quando se vai tratar de inclusão social.

2.6 O cinema como forma de educação socioambiental

Cabe perguntar: mas o que o cinema tem a ver com a educação ambiental? Que interesse tem para nós, pesquisadores, o modo como os espectadores se relacionam com o

cinema? Que implicações tem para o trabalho que os professores desenvolvem em escolas e universidades, o processo pelo qual eles atribuem sentido aos filmes que assistem?

Duarte (2009) ajuda a responder estes questionamentos:

Saber como o cinema atua nos leva a admitir que a transmissão/produção de saberes e conhecimentos não é prerrogativa *exclusiva* da escola (embora ela tenha um importante papel a desempenhar neste processo), mas que acontece também em outras instâncias de socialização. Pensar o cinema como uma importante instância “pedagógica” nos leva a querer entender melhor o papel que ele desempenha junto àqueles com os quais nós também lidamos, só que em ambientes escolares e acadêmicos (DUARTE, 2009, p.67).

Outro fator que age na relação do espectador com os filmes é a identificação, conceituada na teoria psicanalítica¹ como um processo psicológico por meio do qual o sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, de acordo com o modelo escolhido.

No que diz respeito ao cinema, identificar-se com a situação que está sendo apresentada e reconhecer-se, de algum modo, nos personagens que a vivenciam é o que constitui o vínculo entre o espectador e a trama. Os cineastas costumam dizer que sem identificação não há filme, ou seja, nada daquilo funciona. Para que a história faça sentido e conquiste atenção do espectador, até o final, é preciso que haja nela elementos nos quais o espectador possa reconhecer e/ou projetar seus sentimentos, medos, desejos, expectativas, valores e assim por diante (DUARTE, 2009, p.59).

Cinema significa essencialmente uma sequência de fotogramas fixos que gera no espectador uma impressão de movimento, em virtude de filmagem e projeção à razão de 24 quadros por segundo (CABRERA, 2006). “Além de se impor como forma de arte e entretenimento, o cinema tem sido amplamente usado para propósitos de documentação, demonstração, ilustração, pesquisa, educação e treinamento” (PFROMM NETTO, 1998, p.79-80).

Conforme Pfromm Netto (1998), examinando-se os títulos dos primeiros filmes de curta duração feitos em fins do século passado e início deste século, verifica-se que, exatamente com cenas corriqueiras da vida familiar, de pessoas e veículos nas ruas, à saída de fábricas, junto a estações ferroviárias, bem poderiam ser considerados precursores do cinema a serviço da educação e da cultura do povo.

¹ A teoria psicanalítica foi desenvolvida pelo psiquiatra austríaco Sigmund Freud no fim do século XIX/início do século XX e está intimamente relacionada à sua prática psicoterapêutica. É uma teoria que procura descrever a etiologia dos transtornos mentais, o desenvolvimento do homem e de sua personalidade, além de explicar a motivação humana. (Fonte: psicologianoboteco.blogspot.com.br)

O significado cultural de um filme é sempre composto no contexto em que ele é visto e/ou produzido. “Filmes não são eventos culturais autônomos, é sempre a partir dos mitos, crenças, valores e práticas sociais das diferentes culturas que narrativas orais, escritas ou audiovisuais ganham sentido” (DUARTE, 2009, p.45).

Ainda segundo Duarte (2009), o cinema, como indústria, buscou criar uma forma de narração que atravessasse barreiras culturais, de modo a tornar os filmes acessíveis ao maior número de pessoas, das mais diferentes nacionalidades. Esse formato acabou se tornando dominante na cinematografia mundial, em partes, devido ao bom “desempenho” junto ao público de certos modelos de reprodução de temáticas que atravessam a maioria das culturas, tais como as definições de masculinidade, feminilidade, infância, dever, honra, patriotismo, entre outros.

“Somos seres-com-o-mundo, na expressão de Heidegger, em duas dimensões: a de nossa comunhão com o mundo não humano e que, no entanto, é suporte e fundamento material e também emocional de nossas vidas; bem como na dimensão ainda mais complexa e sutil de nossa relação com o mundo humano – com os nossos semelhantes e conosco próprios, em termos sociais e psíquicos” (MORAES, 2004, p.73).

Ou seja, além da relação do homem com o mundo não humano, o que consiste a proteção do ecossistema que protegem a vida, é imprescindível focar as relações humanas. Para isto, são tomados como base os meios de comunicação de massa e suas implicações na ação educacional.

[...] entendamos a mídia como sendo todo suporte de difusão da informação que constitui uma forma intermediária de expressão capaz de transmitir mensagens, meios de comunicação social de massas não diretamente interpessoais, como o são as conversas e diálogos públicos e privados. Nosso planeta é um organismo vivo que tem, como sangue da dinâmica humana, a informação; e a multiplicação dos elementos de mídia, com seus desdobramentos e aperfeiçoamentos, torna cada vez mais excitados os nervos do mundo (MORAES, 2004, p.82).

Antigamente, quando a mídia procurava alguma instituição para arranjar matéria sobre deficiência, reabilitação ou educação especial, o resultado nem sempre era bom. De acordo com Sasaki (1997), a terminologia utilizada, o conteúdo das fotos e, principalmente, a forma como os textos abordavam a pessoa com deficiência passavam ao leitor uma imagem de cotidiano triste, inútil, assexuado, trágico e doente. Nesses casos, as instituições dificilmente tinham a preocupação de ir aos profissionais da mídia para educá-los sobre a questão da deficiência para que as matérias fossem melhor elaboradas. “Mas, aos poucos, a forma de tratamento dado à mídia foi melhorando. Cada vez mais, a mídia passou a ser vista não mais

como inimigo da causa da pessoa deficiente e sim como um possível parceiro” (SASSAKI, 1997, p.160).

Por fim, Sasaki (1997) afirma que o mundo reconheceu o papel que a mídia poderia realizar no processo de integração das pessoas com deficiências na sociedade e este assunto passou a ocupar espaço em congressos e seminários.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS

A pesquisa justificou-se como exploratória por levantar informações que permitiram uma melhor compreensão dos temas analisados. “As pesquisa exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2006. pg. 43).

Para este estudo foi utilizada a vertente de pesquisa qualitativa, visto que visa à compreensão dos fenômenos através de um papel participante do pesquisador, e de uma análise subjetiva dos dados, a fim de compreender as características da educação socioambiental e como o cinema pode contribuir de forma educadora. “(...) a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais (...)” (BAUER; GASKELL, 2002, p.23).

Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito dos temas que embasam este trabalho. Esta etapa “(...) visa identificar informações bibliográficas, selecionar documentos pertinentes ao tema estudado (...) para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico” (DUARTE, BARROS, 2005, pg. 51). Ou seja, tem a finalidade de buscar em bibliografias relacionadas ao tema, o embasamento teórico necessário para a discussão.

As fontes trabalhadas na pesquisa são bibliográficas, documentais e videográficas.

Sabendo o impacto que os meios de comunicação exercem na sociedade, este estudo utiliza uma obra audiovisual como ferramenta de educação ambiental. O objeto em questão é o curta-metragem "Pra quem quiser ouvir".

"Pra quem quiser ouvir" é um curta-metragem ficcional, gravado em digital e voltado para o público jovem. O projeto é produção dos alunos da primeira turma de Especialização em Cinema da UNIFRA Mariana Silveira, Elisa Fonseca e Rafael Guerra, em parceria com a Finish Produtora Ltda (*ver ficha técnica completa no anexo B*).

A história do curta-metragem gira em torno da interação entre dois personagens, sendo que um deles é deficiente auditivo, tratando de uma temática inclusiva e de caráter social, sem se tornar didático ou clichê. A comunicação entre os personagens ocorre de forma bastante gestual ou, às vezes, escrita, evidenciando o quanto romper barreiras e superar limites pode ser mais fácil e instigante do que aparenta ser.

Clara é interpretada pela atriz Ísis Peres, que recebeu orientações da Educadora Especial Juliana Cezimbra sobre como um deficiente auditivo se comporta, e, desse modo, conseguir uma interpretação mais fiel da protagonista.

Além da sugestão de uso do curta-metragem como ferramenta de educação ambiental, foi produzido um *folder* que pretende ensinar o público a maneira de se interagir com os portadores de deficiências. A confecção deste material impresso foi pensada pelo fato de poder abordar não apenas o sujeito surdo (tema tratado no curta-metragem), mas também os indivíduos com deficiência física, mental e visual. Com os quais, com um pouco de boa vontade e atenção, é fácil de manter uma comunicação com estas pessoas. O *folder* ainda contempla uma lista de filmes relacionados aos portadores de deficiência, como sugestão para o leitor aprofundar o tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O curta-metragem

O curta-metragem "Pra quem quiser ouvir" foi gravado nos dias 25 e 26 de agosto de 2012, na cidade de Santa Maria e encontra-se em fase de finalização. Para a produção foram utilizados equipamentos e técnicas de filmagem de última geração, combinados com a inserção de animação e da composição de trilha sonora e concepção de áudio, especialmente para o projeto.

Pedro (interpretado por Andrei Lopes) e Clara (interpretada por Ísis Peres) se conhecem em um ônibus, e a narrativa tem como fato central e único o encontro entre os dois. Apesar de Clara ser surda, os protagonistas encontram uma maneira de se comunicar, porque antes de qualquer diferença, percebem uma série de semelhanças entre eles. Entre gestos, olhares, bilhetes, desenhos e sorrisos Pedro e Clara interagem de forma natural, superando qualquer obstáculo.

Isso é possível porque Clara percebe a surdez muito mais como um desafio do que como uma limitação. O fato de não ouvir a obriga a encontrar outras maneiras de se expressar e de se comunicar, o que chama a atenção de Pedro. Ele se sente desafiado a interagir com ela e, a partir disso, a relação deles vai se construindo. Diferente de estereótipos e clichês, o dito "diferente", aqui, é visto como algo curioso, para o qual todos deveriam estar abertos; e não como um problema.

Os grupos minoritários, inclusive os portadores de deficiência, ainda são vistos de forma díspar pela sociedade, o que cria uma barreira de interação entre os diferentes grupos, desestimulando o convívio e a troca de experiências. O rompimento de estereótipos e barreiras ocorre de forma lenta e complexa. Nesse sentido, o cinema permite ao espectador viajar para realidades e mundos diferentes do seu, se colocar em situações diferenciadas e assumir o papel do outro. Através de personagens, é possível desmistificar uma série de preconceitos e estereótipos, contribuindo para a formação de uma sociedade que aprenda a incluir sem segregar. É essa a intenção do curta-metragem "Pra quem quiser ouvir": promover uma reflexão e uma possível mudança de comportamento social.



Figura 04: Cena do curta-metragem *Pra quem quiser ouvir*.

Foto: Nani Farias, Divulgação.

O curta apresenta um roteiro inclusivo, em que um dos protagonistas é portador de necessidades especiais. Tal característica é trabalhada sem que a história fique presa ao fato da personagem ser surda. O encontro entre eles é mais importante do que qualquer limitação.

O espectador vivencia e divide as primeiras dificuldades de interação entre Clara e Pedro por meio dos dois personagens. Pedro tem dificuldade de se comunicar e entender Clara, não sabendo direito como interagir com ela; da mesma forma que o espectador passa a ouvir a partir o ponto de escuta de Clara, mergulhando na forma como ela “escuta” o mundo. Assim, é possível se colocar no lugar dos personagens e perceber a necessidade de políticas culturais que estimulem a convivência social dos diferentes grupos, em busca de uma sociedade mais plural e rica.

O curta-metragem tem nos circuitos alternativos suas principais janelas de exibição: escolas de cinema, festivais de vídeo e cinema, cineclubes, mostras, TVs abertas, públicas e educativas, além da web.

Um dos objetivos do projeto é a divulgação da cultura surda. Para isso, a trajetória de lançamento também será voltada para meios alternativos, incluindo a comunidade surda. O curta terá legendas em inglês e espanhol, além do expectador ter acesso à *closed caption*².

A música tema dos protagonistas do filme é assinada pela cantora Mallu Magalhães, que reconheceu a importância do projeto, apoiando-o.

4.2 O *folder*

A publicidade, muitas vezes, é vista por um prisma capitalista, ligada aos efeitos de consumo. Porém, vale lembrar que ela pode ter papel fundamental em difundir ideias, conscientizar, informar e despertar sentimentos de compaixão, justiça e esperança. Em uma sociedade na busca constante de igualdade social, percebe-se a importância que a mídia desempenha na formação de opinião e mobilização populacional.

Os profissionais da mídia podem ajudar a formar uma imagem positiva das pessoas com deficiências, através de mensagens verbal e visual veiculada tanto na mídia eletrônica, como nos anúncios de jornais, revistas e outdoors, ou simplesmente transmitir informações através de um *folder*.

Folder é um “folheto constituído por uma só folha impressa, com duas, três ou mais dobras” (BARBOSA, 2001, p.315).

O *folder* é utilizado quando se quer passar uma grande quantidade de informações, ou então quando se faz necessário dar uma aparência estética a alguma mensagem publicitária. Dependendo do tamanho do papel é possível fazer um grande número de dobras. O *folder* é dobrado conforme a sequência dos argumentos, a capa contém a chamada principal, a qual deve despertar a curiosidade para a abertura do mesmo.

Os *folders* são uma ferramenta poderosa para a comunicação, mas necessitam de layout (arte), impressão e acabamento profissional para produzirem o retorno esperado. Vale lembrar que o texto deve evitar erros, por isso é imprescindível uma revisão bem detalhada, já que de nada adianta a parte visual estar impecável e a redação mostrar descaso.

² São legendas que tem como objetivo permitir que os deficientes auditivos possam acompanhar os programas transmitidos na televisão. As legendas ficam ocultas até que o usuário do aparelho acione a função na televisão através de um menu ou de uma tecla específica.

A legenda oculta descreve além das falas dos atores ou apresentadores qualquer outro som presente na cena: palmas, passos, trovões, música, risos etc. (Fonte: eitv.com.br)

Para alcançar os objetivos com maior eficácia, a publicidade trabalha com públicos alvos específicos. Para atingir este público, primeiramente, deve-se definir quem são estes indivíduos. Assim, público-alvo é uma “parcela da população à qual é dirigida a mensagem. Segmento do público que se pretende atingir e sensibilizar com uma campanha, um anúncio, uma notícia, etc” (BARBOSA, 2001, p. 604).

Logo após definido esse público, deve-se ficar atento para usar uma linguagem contemporânea: “públicos mais jovens foram treinados para processar as imagens contidas numa página de forma diferente da de públicos mais velhos” (LANCE, 2006, p. 98). Sendo assim, o publicitário quando for produzir um material impresso, por exemplo, um *folder*, deve levar em consideração o modo como se arranjam os textos e as imagens nas páginas. Os jovens de hoje estão mais suscetíveis a serem seduzidos por imagens do que por textos extensos. Conseguir transmitir as informações que estão no texto e, ao mesmo tempo, dispor de um design atrativo que estimula a leitura nem sempre é tarefa fácil. Por isso, faz-se necessário uma busca de referências de outros trabalhos já veiculados e que obtiveram sucesso e o conhecimento do público-alvo. Assim, existem maiores possibilidades de colher bons resultados na comunicação.

O *folder* produzido para este trabalho não tem fins lucrativos, e tem o único objetivo de informar ao público como interagir de maneira apropriada com os deficientes. Para isto, utilizou o texto da professora Carla Maria Lima Leiróz³, que informa como interagir com portadores de deficiência auditiva, visual, física e mental.

As imagens (retiradas do banco de imagens *free* do site *office.microsoft.com* e posteriormente manipuladas) escolhidas para ilustrar o *folder*, procuram tratar o deficiente não como ‘coitadinho’ ou digno de pena, mas sim como um ser humano comum, que tem sonhos e está em busca de uma melhor qualidade de vida.

O lançamento do curta-metragem está previsto para junho de 2013. Na oportunidade, será distribuído o *folder* aos convidados.

³, Graduada e licenciada em Pedagogia pela PUCCamp (Pontifícia Universidade Católica de Campinas) e Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade de Educação da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), em Educação Corporativa e em Comportamento Social nas Organizações. Ministra aulas de Comportamento Social para alunos de graduação da UNICAMP.

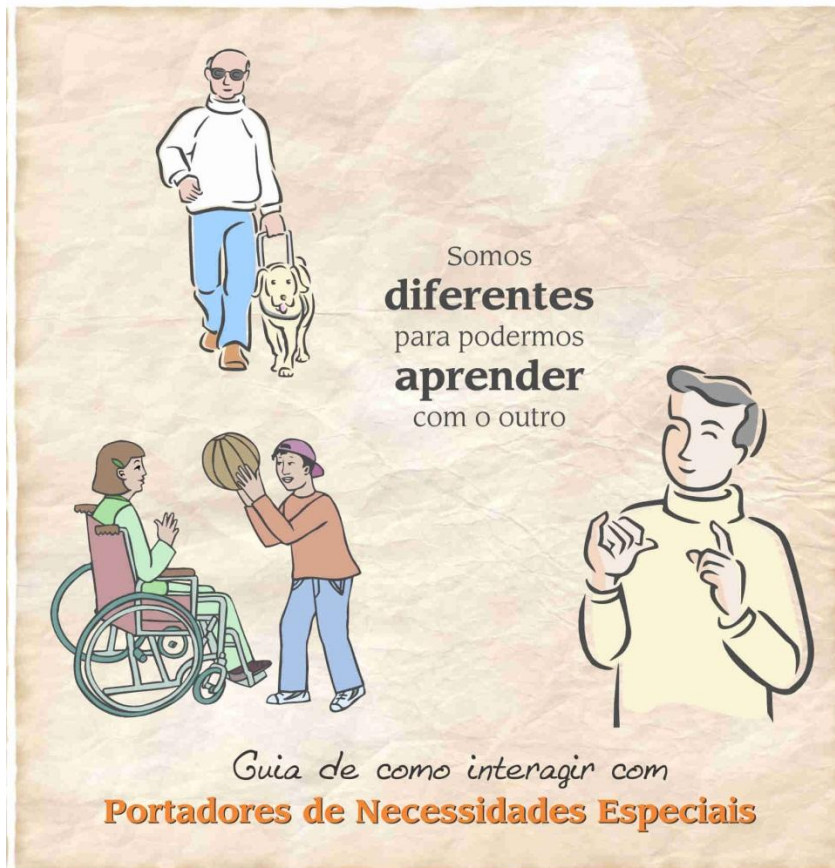


Figura 05: Capa do folder.

5 CONCLUSÕES

A educação socioambiental tem uma importante função a desempenhar, no sentido de colaborar para integrar portadores de deficiências com o restante das pessoas. Assim, contribuindo para a melhoria das condições de vida e para a construção de uma sociedade mais justa.

O cinema, assim como outros meios de comunicação, como a televisão, a internet, rádio e veículos impressos podem ser um grande suporte da educação, pois podem contribuir com o desenvolvimento dos seres humanos em direção da cidadania, compaixão e respeito.

Quando se assiste a um bom filme, mergulha-se na história, fazendo-nos identificar com os personagens e aceitar os fatos e ações como reais. Quando se coloca no lugar do outro, acaba-se por vivenciar de forma plena o que é assistido, o que caracteriza o cinema como uma arte de imersão, uma experiência intensa e única. As ideias perpetuadas no filme são transmitidas de forma natural e eficaz ao espectador, que refletirá sobre elas de forma indireta, em meio à história contada.

O curta-metragem "Pra quem quiser ouvir" trabalha com sensibilidade uma temática social de cunho inclusivo, tratando as limitações causadas pela surdez como um desafio aos personagens, ao invés de um problema. Desta forma, difunde-se o quanto é importante uma integração social, em busca de uma sociedade mais rica e plural.

Algumas vezes, pensa-se na educação como um processo exclusivo da escola, numa limitação que a realidade contemporânea já não comporta. O cinema, a televisão e a internet compartilham com a escola e a família o processo educacional de formação. Estes meios até mesmo levam vantagem em relação aos demais agentes, já que possuem linguagem mais ágil e estão muito mais integrados ao cotidiano dos jovens. Além disso, o tempo de exposição destes indivíduos às obras audiovisuais e internet costuma ser maior do que destinado à escola ou à convivência com os pais.

Os filmes não devem ser vistos nas escolas e universidades como um recurso para quando os professores não querem dar aula. Narrativas fílmicas falam, informam, descrevem e formam. Considerando isto, seria interessante que todas as instituições de ensino tivessem espaços e equipamentos adequados para a exibição contínua de filmes, com uma programação orientada tanto para o entretenimento, como para abordagem de temas atuais e relevantes como o respeito aos portadores de deficiência, a preservação do planeta, o conhecimento de culturas variadas, etc.

Na UFSM, existe um projeto de extensão organizado pela área de Geociências e a de Ciências Rurais. Através deste, acontece o Ciclo de Cinema Ambiental que exhibe filmes durante o ano e se subdivide por temas.

Acredita-se que seria interessante que o laboratório de multimídia estivesse incluído entre os equipamentos necessários para o funcionamento das instituições de ensino. Em uma sociedade em que a maioria das escolas quer ter bibliotecas, jornais e revistas, deveriam levar em consideração também o recurso audiovisual como sendo de suma importância para auxílio no ensino, bem como para a formação de seres humanos mais solidários e críticos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação**. 2ª ed. Editora Campus: Rio de Janeiro, 2001.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CABRERA, Julio. **O cinema pensa: uma introdução à filosofia através dos filmes**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

CLEMENTE FILHO, Antônio S. **Da integração à inclusão**. Jornal da Apae, São Paulo, n. 124, mar./abr. 1996.

CHAVES, Mário M. **Complexidade e Transdisciplinaridade: uma abordagem multidimensional do setor saúde**. 1988. Disponível em: <www.ufrj.br/leprans/3.pdf>. Acesso em: 2 de março de 2013.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O direito à diferença: as ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e portadores de deficiência**. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 7ª ed. São Paulo: Gaia, 2001.

DUARTE, Rosália. **Cinema e Educação**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

EDUCACÃO Socioambiental. Disponível em: <<http://www.educacaosocioambiental.com.br>> Acesso em: 23 dez. 2012.

FAZENDA, Ivani C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: afetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1979.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **O legado de Paulo Freire à educação ambiental**. In: NOAL, Fernando Oliveira; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. Pág.11-21.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed. 7ª reimpressão – São Paulo: Atlas, 2006.

GNUMAD. **Agenda 21**. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acessado em 15 de nov. 2012.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br>> Acesso em: 1 dez. 2012.

LANCE, Steve. **O Livro Azul da Propaganda: 52 idéias que podem fazer uma grande diferença.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas e Pós-cinemas.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

MORAES, Regis de. **Educação, mídia e meio ambiente.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

NASCIMENTO, Márcia M. do. **Inclusão social: primeiros passos.** São Paulo: Giracor, 2009.

OLIVEIRA, A.S.D. de. **Resíduos culturais.** Rio Grande: Edição Independente, 1999.

RIBEIRO, José da Silva. **Informática na Educação: teoria & prática.** Porto Alegre, v.8, n.2, jul./dez. 2005. p. 24. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/viewFile/8172/4858>> Acessado em: 20 jan. 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PFROMM NETTO, Samuel. **Telas que ensinam: mídia e aprendizagem do cinema ao computador.** Campinas, SP: Editora Alínea, 1998.

ANEXO B

Ficha técnica do curta Pra quem quiser Ouvir

Duração: 10 min.

Ano: 2013

País: Brasil

Gênero: comédia romântica

Cor: colorido

Produtora: Finish Produtora

Equipe técnica

Argumento – Rafael Guerra

Roteiro – Mariana Silveira, Rafael Guerra

Direção – Mariana Silveira

Direção de Fotografia – Alexsandro Pedrollo

Direção de Arte – Elisa Fonseca, Mariana Silveira, Rafael Guerra

Montagem – Felipe Iop Capeleto

Trilha Sonora Original e Desenho de Som – Guilherme Barros

Finalização – Rafael Rigon

Produção Executiva – Elisa Fonseca, Mariana Silveira, Rafael Guerra

Direção de Produção – Elisa Fonseca

Preparação de elenco – Cândice Lorenzoni

Coordenação – Bruno Polidoro

1º Assistente de Direção – Rafael Guerra

Continuista – Isadora Spezia Melo

Assistentes de Direção de Fotografia – Lucas Fortes

Assistente de Direção de Arte – Nani Farias

Assistente de Produção – Francieli Jordão Fantoni

Storyboards – Mariana Silveira, Rafael Guerra

Logger – Rafael Happke

Still – Rafael Happke

Maquiagem e cabelo – Simone Camargo

Ilustrações – Carlos Donaduzzi

Consultoria de cultura surda – Juliana Cezimbra

ELENCO

Clara: Ísis Peres

Pedro: Andrei Lopes

Elenco de apoio

Raquel Pinto

Júlia Zulke

Geraldo Wobido

Leonardo Bergonci

Rafaela Drey Costa